

Erros da CPI beneficiaram acusados

■ Bisol diz que relatório pede só cassação para parlamentares que cometem crimes

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) denunciou que os parlamentares acusados de corrupção na Comissão de Orçamento estão sendo beneficiados pelas contradições e erros da CPI, que vão desde ao sumiço de documentos e de trechos do relatório até o não envio de provas à Procuradoria Geral da República para abertura de processo. A lista de cassações, por exemplo, acusa os 18 nomes nela incluídos de terem ferido o decoro parlamentar, mas omite indícios de crimes comuns e fiscais que os fariam responder a processo.

Nas listas de parlamentares sob investigação e de inocentados há nomes contra os quais foram reunidas evidências que justificariam pedido de cassação. Para evitar que essas falhas impeçam a punição dos culpados, Bisol decidiu entregar ao Ministério Público as provas que a Subcomissão do Patrimônio obteve contra parlamentares considerados inocentes no relatório final da CPI.

"Parlamentares cassados por fraudes no orçamento devem ir para a cadeia", disse Bisol, preocupado com o andamento de processos na Justiça contra os culpados de fraudes no orçamento. Ele acha que não deve haver distinção entre os que foram incluídos na lista de cassações, os inocentados e os investigados. O senador defende o envio imediato à Procuradoria de todas as provas reunidas pelas quatro subcomissões da CPI contra 43 parlamentares.

Orçamento
Provas — Essas provas estão guardadas no Congresso. São mais de cinco toneladas de papéis obtidos durante as investigações, incluindo 200 mil folhas de extratos bancários, declarações de rendimentos e dossiês com denúncias que não foram apuradas por falta de tempo. Os advogados dos parlamentares acusados só estão aguardando o momento oportuno para requisitar toda essa documentação, segundo o senador.

"Vai ser um auê", prevê Bisol. "O maior erro da CPI foi não ter enviado todos os documentos ao Ministério Público". O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que presidiu a CPI do Orçamento, ainda não cumpriu a promessa de enviar as provas à Procuradoria Geral da República.

Segundo Bisol, as contradições do relatório são muito mais graves que erros como o sumiço de páginas do dossiê sobre o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). Os parlamentares não incluídos na lista de cassação só poderão ser processados com autorização do Supremo Tribunal Federal. "É uma forma de retardar a punição completa e permitir a reeleição dos acusados", indigna-se Bisol.



José Paulo Bisol